ENCUENTRO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE

XI EDICIC
16 19 OCT 2018
UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA
Escuela Interamericana de Bibliotecología

TEMA
Tendencias en Ciencias de la Información

LÍNEAS
Fundamentos epistemológicos ▲
Pedagogía y Didáctica ▲
Tendencias ▲

LUGAR:
Edificio de Extensión, Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia

Mayores informes bibliotecologia.udea.edu.co

1MER LLAMADO

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NO BRASIL, PORTUGAL E ESPANHA: ESTUDO DAS METODOLOGIAS UTILIZADAS

Cintia Aparecida Chagas

Doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. cintia.arreguy@gmail.com

Linha temática: Tendências das Ciências da Informação

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa comparativa entre as teorias e metodologias de avaliação de documentos de arquivo utilizadas pelas administrações públicas centrais do Brasil, Espanha e de Portugal. As fontes utilizadas para a pesquisa são a legislação arquivística e normas específicas relativas à avaliação de documentos em cada um dos países. Inicialmente, são descritos os modelos avaliativos de Theodore Schellenberg, o Plano Documental e a Macroavaliação. Em seguida, uma síntese da avaliação de documentos nos três países, com destaque para a legislação e normativas relativas à avaliação. A conclusão da pesquisa aponta que os três países apresentam uma adesão ao modelo de Schellenberg, se aproximando da teoria da análise funcional de modo mais ou menos consciente e planejado em cada caso.

Palavras-chave: Gestão de Documentos; Brasil, Portugal, Espanha; Avaliação de Documentos de Arquivo.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Rousseau e Couture (1998) são sete as funções arquivísticas: criação, avaliação aquisição, conservação classificação, descrição e difusão. O presente estudo tem como foco a função arquivística “avaliação”, tendo em vista sua importância para a formação do patrimônio arquivístico de uma nação e a responsabilidade do arquivista nesse processo. Avaliar é fazer escolhas que resultarão na preservação ou na eliminação de vestígios de uma administração, de uma sociedade, de um tempo. A centralidade e a importância da avaliação é quase um consenso na área. Entende-se, contudo, que, por ser escolha, a avaliação de documentos é marcada pela subjetividade e pelo contexto social e definir critérios científicos para essa escolha, bem como documentá-la é essencial para a transparência do processo e a prestação de contas à sociedade. Entre as teorias e metodologias de avaliação desenvolvidas e propostas ao longo do tempo destacam-se o modelo de Theodore Schellenberg, apresentado em seu manual originalmente escrito em 1956 (SCHELLENBERG, 2005), a proposta de Plano Documental, construída por Hans Booms, a partir de 1965, na Alemanha (BOMS, 1987) e a Macroavaliação, resultado das reflexões da chamada arquivística pós-moderna que teve origem nos trabalhos de Hans Booms, Helen Samuels, Richard Brown e Terry Cook (COOK, 2003). Essa teoria, posta em prática a partir de uma metodologia desenvolvida nos arquivos do Canadá,

influenciou várias práticas no mundo. O presente trabalho apresenta essas propostas teóricas de avaliação e busca compreender o impacto desses modelos no Brasil, Espanha e Portugal.

2. A AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E SUA IMPORTÂNCIA

A avaliação de documentos é o processo de análise e seleção de documentos, tendo em vista seus valores para seus criadores, para os cidadãos em busca de seus direitos e para os pesquisadores das mais diversas áreas, com o objetivo de determinar seu prazo de guarda e sua destinação final. Trata-se de função arquivística central. Por meio dela é construído o patrimônio documental de uma nação.

A importância da avaliação de documentos é destacada por diversos autores, entre eles Terry Cook (2003), Hans Booms (1987), Carol Couture (2003), Dingwall (2016)

Para Hans Booms, o que se denomina de “função aquisição e avaliação de documentos”

[...]carrega a maior significância social e certamente caracteriza e define a imagem profissional do arquivista hoje. Ao mesmo tempo, esta é a área de atividade mais difícil para o arquivista, uma vez que apresenta um problema que indiscutivelmente é o mais crucial da profissão (Booms, 1987, p. 71).¹

Esse problema chave da ciência arquivística consiste em dois aspectos principais: um trata da metodologia e outro da teoria arquivística.

Glen Dingwall também destaca a importância a avaliação, segundo sua visão, é...

uma das mais importantes atividades entre as componentes centrais da arquivística. Ao tomarem decisões sobre quais documentos devem ou não ser preservados, os arquivistas exercem enorme poder sobre a moldagem da memória coletiva da sociedade” (Dingwall, 2016, p. 222).

Para Terry Cook,

La valoración supone una gran responsabilidad social para los archiveros. Cuando evalúan documentos, están nada menos que dando forma al futuro de nuestro patrimonio documental. Están determinando lo que el futuro conocerá de su pasado, que es a menudo nuestro presente. (Cook, 2003, p.88).

Destaca-se ainda Carol Couture (2003) que afirma que a criação, a aquisição, a classificação, a descrição, a difusão, a preservação e o uso dos documentos são devedoras das decisões tomadas no momento da avaliação.

Destaca-se que o reconhecimento da subjetividade no processo de avaliação, por ser um processo de escolha, é fundamental. O desafio é, portanto, a redução da subjetividade, sem pretender sua supressão. Tendo em vista esse desafio, várias foram as metodologias e modelos de avaliação desenvolvidos ao longo do tempo. Entre eles destacam-se a o modelo de Theodore Shellenberg, o plano documental e a macroavaliação. A questão central da pesquisa é perceber a qual ou quais correntes cada uma das experiências avaliativas se vincula. O estudo comparativo leva em conta as especificidades da organização política e administrativa de cada um dos países. No Brasil, há um Estado composto federal, na Espanha há um Estado unitário regional, com forte descentralização e em

¹ Texto original: [...] carries the greatest social significance, and unmistakably characterizes and defines the professional image of the archivist of today. At the same time, this is the archivist’s most difficult area of activity since it presents a problem that is arguably the most crucial for the profession at the present time [...]

Portugal, um Estado unitário regional, com limitada descentralização. Nos três países, pode-se identificar problemas de acumulação de massas documentais nas administrações públicas.

3. METODOLOGIA

Em trabalho anterior, Arreguy e Venâncio (2017) analisaram a legislação arquivística do Brasil e Portugal no que tange à gestão de documentos. Os resultados dessa pesquisa apontaram um total de 33 leis e decretos-leis arquivísticos no Brasil e 24 em Portugal. Os dados foram conferidos e o número se mantém nos dois países. Na Espanha (Estado) foram encontrados 58 instrumentos entre leis, decretos e decretos reais na área de arquivos.

No quadro abaixo, aparecem os números dessa legislação para o Brasil, Portugal e Espanha, no nível central de governo.

Quadro1. Legislação arquivística em Portugal, no Brasil e na Espanha

País	Nº abs. de leis, decretos-leis, decretos reais e decretos arquivísticos
Brasil (nível federal)*	33
Portugal (governo central)**	24
Espanha (Estado)***	58

*Fonte: Recuperado em 12 out. 2018 de http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/siade_caderno11.pdf e <http://arquivos.dglab.gov.pt/area-arquivos/legislacao/> ;

**Recuperado em 12 out. 2018 de http://www.conarq.gov.br/images/coleanea/jan_2016/CONARO_legarquivos_janeiro_2016_word.pdf.

*** Recuperado em 25 de setembro de 2018 de <http://www.aefp.org.es/NS/AdmonPub/legislacionarchivistica.html>.

Assim como na pesquisa de Arreguy e Venâncio (2017), foram selecionadas as fontes legislativas que prevêem instrumentos de avaliação. No Brasil, a Lei nº 8.159, de 1991, que “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”. No que diz respeito à Portugal, cabe destacar o Decreto-Lei nº 16, de 1993, que “Estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico”. Na Espanha, o macro legislativo é a Ley 16/1985 Ley de Patrimonio Histórico Español, em que aparece pela primeira vez a avaliação de documentos na legislação desse país. Portanto, essas três datas foram utilizadas para delimitar os limites cronológicos da pesquisa e foram identificados os textos e instrumentos de avaliação de documentos.

A análise desses instrumentos teve como base os três modelos de avaliação escolhidos: o modelo de Schellenberg, o Plano Documental e a Macroavaliação.

3.1. O modelo de Theodore Schellenberg

Theodore Schellenberg foi Diretor de Administração de Arquivos nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos de 1950 a 1956. Entre 1957 e 1963 foi Arquivista Adjunto dos Estados Unidos. Em 1956, publicou seu manual que se tornou um clássico na área. Ao desenvolver sua teoria de avaliação, Schellenberg marcou firmemente uma posição em defesa da atuação do arquivista no processo de avaliação. Tal posição se chocava com o preconizado por Hillary Jenkinson em seu Manual of Archive Administration, de 1922. De acordo com o arquivista britânico, somente os criadores dos documentos são considerados capazes de destruir legitimamente seus próprios registros. A interferência, tanto do

arquivista, como do historiador são malélicas para o processo, pois, de acordo com sua visão os interesses de pesquisa dos historiadores vão influenciar suas decisões. Em relação à atuação do arquivista, também discordava de sua intervenção, sendo sua função encorajar os administradores no estabelecimento de regras de manutenção de registros (TCHAN, 2002).

Schellenberg acreditava que os arquivistas deveriam ser responsáveis pela avaliação dos valores secundários dos documentos, com a cooperação dos encarregados dos documentos (record officers). Estes últimos seriam responsáveis pelo julgamento dos valores primários dos documentos.

De acordo com Schellenberg,

O arquivista não é parte interessada no que diz respeito à preservação da prova, quer favorável, quer desfavorável, à administração de um órgão. Seu julgamento é imparcial, interessando-se, tão somente, pela guarda de tudo que considere um testemunho importante” (SCHELLENBERG, 2006, p. 57)

O modelo desenvolvido por Schellenberg teve grande influência do que havia sido desenvolvido por Phillip Brooks. Em texto publicado em 1940, esse último autor se refere a categorias de valor relacionadas ao órgão de origem e às necessidades de outros pesquisadores. No que tange ao valor para o órgão de origem, Brooks reconhece o uso relacionado à eficiência administrativa e à proteção contra reclamações de todo tipo, além de uma segunda categoria relacionada ao interesse da história administrativa do órgão produtor de documentos. No que tange ao valor para pesquisadores de diversas áreas, o autor destaca a noção de valor histórico. Brooks alerta que o uso adequado das várias categorias de valor apresentadas exigiria conhecimento e percepção de quatro tipos. Primeiro, conhecer o órgão de origem, sua história, objetivos e métodos. Segundo, conhecer as relações entre os documentos. Terceiro, estar atento a mudanças no escopo e métodos de pesquisa. E quarto, estar familiarizado sobre o uso real dos documentos preservados (BROOKS, 1940).

Fortemente influenciado por essas ideias, portanto, Theodore Schellenberg, produziu sua teoria de valor. De acordo com Ciaran B. Trace

A contriuição de Schellenberg para a teoria contemporânea de avaliação está centrada, portanto, na ideia de que ‘os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas modalidades: valores primários para o órgão de origem e valores secundários para outros órgãos e para os usuários privados’(TRACE, 2016, p. 82)

Os valores primários dizem respeito ao cumprimento dos objetivos para os quais eles foram criados, sejam eles administrativos, fiscais, legais ou executivos. Já os valores secundários são aqueles que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado o uso corrente. Os valores secundários se dividem em valor probatório (evidencial) e informativo. Os valores probatórios seriam os valores decorrentes da prova que contém da organização e do funcionamento do órgão gerador do documento. Esclarece-se que esse valor probatório nada tem a ver com o valor de prova legal, o autor refere-se a um valor relacionado com a evidência das ações de seus produtores. Os valores informativos seriam aqueles relacionados à informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc. com os quais a organização tenha tratado. Cabe ressaltar, conforme afirma o próprio autor, que esses valores não são mutuamente excludentes.

Outro ponto destacado pelo arquivista norte-americano é a necessidade de se conhecer o contexto de produção para realizar o julgamento de valor. O significado de um documento depende das relações estabelecidas com a atividade geradora. Nesse sentido, afirma-se que Schellenberg foi um dos pioneiros na avaliação por meio da análise funcional (Functional analysis) (McLEOD; HARE, 2003, p. 196).

3.2. Plano Documental

O segundo modelo a ser destacado é o Plano Documental. Este foi desenvolvido na Alemanha por Hans Booms, desde 1965, como uma abordagem alternativa à arquivística alemã de sua época. Seu texto, publicado pela primeira vez em 1972, traz duras críticas aos modelos tradicionais prussianos (1920-30) e Marxista, que ele considerava similares em muitos aspectos.

Para desenvolver suas ideias, Booms destaca a importância da sociedade na formação dos valores de um indivíduo, ainda que não deterministicamente. Logo seus julgamentos são influenciados pelo contexto social, sem desconsiderar, contudo a individualidade. Segundo ele, somente entendendo isso, é possível compreender o papel do arquivista na formação do patrimônio documental.

Sua proposta avaliativa consiste em uma tentativa de arranjar os documentos de acordo com uma hierarquia de valor de acordo com um gradiente de eventos históricos, escalados de acordo com a significância social. Ele destaca, contudo que, na construção de uma grade conceitual da história que sirva como modelo para o patrimônio documental, arquivistas não devem seguir os conceitos de valor de seu próprio tempo, mas do tempo em que os materiais foram originados (Booms, 1987).

Assim propõe estabelecer planos documentais para a esfera do arquivo (municipal, industrial, eclesiástico etc) e para um curto período de tempo (5, 10 ou, no máximo 20 anos). Com tais planos pode-se estabelecer exatamente os eventos, ações, omissões e desenvolvimentos que são essenciais e determinam quais são característicos para o tempo e a categoria de sujeito em consideração. Deve ser fruto de uma cooperação entre diversos profissionais, e, se possível ser discutido em um conselho composto por indivíduos de diferentes áreas como administração, ciência, mídia e economia (Booms, 1987). Deve ser escrito e, se possível, publicado, mas nunca deve ser incluído como uma parte do patrimônio documental. Deve ser sancionado e controlado pela sociedade como um todo e pode ser analisado usando o método histórico crítico. O modelo será um princípio concreto de orientação para a atribuição de valor em um processo positivo de seleção de valor.

Cumprir destacar que, em texto publicado mais tarde (Booms, 1991-92), o autor reforça suas ideias com algumas ressalvas constatando a impossibilidade da sanção pública do plano e às falhas do conselho consultivo para rever o plano, pois, segundo ele, os historiadores tenderiam a considerar os registros para suas pesquisas mais importantes e muitos produtores de documentos querem destruir tudo enquanto outros querem guardar tudo. Ele passou a defender que o plano deveria ser preservado para que futuros historiadores compreendam as discrepâncias entre o perfil da documentação (o Plano Documental) e aquilo que os registros documentam.

Além disso, propõe uma mudança na metodologia que passaria a compor-se das seguintes etapas:

1. Definição de uma “crônica contemporânea”² com eventos importantes de um determinado período.
2. Análise da estrutura administrativa para recuperar o contexto de proveniência. Essa análise deve ser escrita e adicionada aos registros
3. Depois considerar as seguintes questões:
 - a) o que eu devo documentar (na “crônica contemporânea”)?
 - b) Onde encontro os registros apropriados (a partir da análise da estrutura).
4. Investigar o conteúdo dos registros.

² Tradução livre do inglês *contemporary chronicle*. Algo como uma listagem de acontecimentos em ordem cronológica.

O modelo de Plano Documental foi implementado na República Democrática Alemã com o nome de “Um perfil de uma estrutura de documentação para os arquivos estaduais da República Democrática Alemã de 1945 a 1981”. (Booms, 1991-92).

3.3. Macroavaliação

De acordo com Terry Cook (2003, p. 89), as ideias de Hans Booms, Gerald Ham e, mais tarde, Helen Samuels, Richard Brown e dele próprio são a base do pressuposto teórico da macroavaliação no Arquivo Nacional do Canadá. Esses autores defendem que são os valores sociais que devem compor as bases da valoração. Porém, segundo o primeiro autor:

[...] nadie conozca directamente y con seguridad cuáles son esos valores sociales a través de un intento consciente de documentar la funcionalidad tanto del gobierno como de sus programas individuales, que son la creación de los ciudadanos y el funcionamiento de Estado: como aceptan, rechazan, protestan, apelan, cambian, modifican y, a su vez, influyen en esos programas vigentes y están influidos por ellos (COOK, 2003, p. 89).

As perguntas-chave da valoração são, segundo Cook, em primeiro lugar, “Que funções ou atividades do produtor deveriam ser documentadas?” Em segundo lugar, “Quem teve algum motivo e a responsabilidade original de criar um documento, que tipo de documento seria e com quem cooperaria ou se relacionaria essa pessoa para sua posterior produção?” A terceira pergunta seria: “Que produtores de documentos ou funções (mais do que documentos) têm mais importância?” Somente depois de responder a essas perguntas, o arquivista poderia enfrentar de modo realista os documentos ou séries de documentos que, provavelmente, teriam o maior valor arquivístico potencial para a “microavaliação” (avaliação tradicional, utilizando-se critérios de valoração como a idade, a extensão, a unicidade, a duração, a completeza, a fragilidade, a manipulação etc.) Só então se poderá determinar que produtores de documentos do setor privado complementarão os documentos oficiais para chegar aos “Archivos totales”, combinando a interação político-social (COOK, 2003, p. 92).

A macroavaliação se centra não só na função, “[...] sino en la interacción entre la función, la estructura y el ciudadano que, combinados, reflejan el funcionamiento del Estado dentro de la sociedad civil”. (COOK, 2003, p. 92). O principal interesse está na interação entre o cidadão e o Estado e não em documentar o governo. Segundo o autor, ainda que tenha sido desenvolvida com o intuito de avaliar os documentos do governo canadense,

resulta apto para la valoración de archivos, pues permite determinar qué conservar y qué eliminar con independencia de los dictados del Estado (modo tradicional) y de las últimas tendencias de la investigación histórica (modo practicado más recientemente); pero la característica que lo hace resultar más satisfactorio es la de intentar reflejar los valores sociales por medio de un análisis funcional de la interacción ciudadano-Estado (COOK, 2003, p. 100).

O autor destaca que todos aqueles que buscam construir a memória arquivística celebrando a diferença frente à verdade única; a multiplicidade, frente às versões ortodoxas, podem encontrar na macroavaliação alguns conceitos úteis, assim como ferramentas práticas (COOK, 2003).

4. RESULTADOS DA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS

O artigo 58 da lei de patrimônio histórico espanhol (Ley 16/1985) traz o seguinte:

El estudio y dictamen de las cuestiones relativas a la calificación y utilización de los documentos de la Administración del Estado y del sector público estatal, así como su integración en los Archivos y el régimen de acceso e inutilidad administrativa de tales documentos, corresponderá a una Comisión Superior Calificadora de

Documentos Administrativos, cuya composición, funcionamiento y competencias específicas se establecerán por vía reglamentaria. Asimismo podrán constituirse Comisiones Calificadoras en los Organismos públicos que así se determine (ESPAÑA, 1985).

Considerando essa atribuição, na pesquisa, foram buscadas orientações sobre a avaliação nos documentos produzidos pela “Comisión Superior Calificadora de Documentos Administrativos”. Foi encontrado, então, um texto explicitando a metodologia de avaliação a ser utilizada. Alguns aspectos importantes do que se entende por avaliação de documentos aparecem nesse documento. Um exemplo é a definição de uma data de corte

Esse documento apresenta uma “data de corte” para avaliação de documentos. Assim:

LOS DOCUMENTOS DE ARCHIVO ANTERIORES A 1940 NO SE CONSIDERARÁN OBJETO DE VALORACIÓN CON VISTAS A SU ELIMINACIÓN. Se conservarán de forma permanente en los archivos históricos correspondientes, al servicio de su utilización para la investigación y la cultura y la información (ESPAÑA, 2001)

Outro ponto de destaque é a forma como estão explícitas as noções de valor primário e secundário no processo de avaliação.

4.1. Proceso de valoración

La valoración documental consiste en el estudio y análisis de las características históricas, administrativas, jurídicas, fiscales e informativas de las series documentales. El proceso de valoración establecerá los plazos de transferencia, la posible eliminación o expurgo y el régimen de accesibilidad de los documentos de archivo de la Administración General del Estado.

4.2. Valores primarios y valores secundarios de los documentos Los documentos deberán conservarse necesariamente: - mientras tengan vigencia administrativa - en tanto subsista su valor probatorio de derechos y obligaciones de las personas y de los entes públicos. El análisis de los valores secundarios se realizará desde una triple perspectiva: - trascendencia como testimonio de la actividad del productor - testimonio de la actuación de la Administración - testimonio de la sociedad en su conjunto (ESPAÑA, 2001).

Outro importante instrumento normativo na Espanha é o Real Decreto 1708/2011, por ele é estabelecido o Sistema Espanhol de Arquivos e regula o Sistema de Arquivos da Administração Geral do Estado e seus organismos públicos e seu regime de acesso. Tal decreto, define:

Valoración documental: Es el estudio y análisis de las características administrativas, jurídicas, fiscales, informativas e históricas de los documentos u otras agrupaciones documentales. (Espana, 2011)

Com base na análise dos documentos, conclui-se que na Espanha, ocorre uma adesão consciente ao modelo de Schellenberg na avaliação de documentos, conforme pode ser verificado pelos conceitos apresentados. Essa também é a conclusão de Luis Hernández Olivera. Segundo ele: “El modelo valorativo español está por consiguiente estrechamente vinculado a la concepción taxonómica de la valoración desarrollada por Schellenberg [...]” (Hernández Olivera, 2013, p. 8).

No Brasil, a análise dos instrumentos de classificação e avaliação das atividades meio da administração pública federal converge para uma adesão talvez pouco consistente do modelo de Schellenberg. Destacam-se as críticas feitas a esses instrumentos por Sousa (2004), como a utilização da palavra “assunto” na Resolução n.4 do Conselho Nacional de Arquivos. Destaca-se que o uso dessa

palavra é, na verdade uma confusão conceitual, já que os ditos “assuntos” referem-se a “funções” administrativas.

Ana Celeste Indolfo também realizou sua pesquisa no âmbito da administração pública federal do Brasil e constata a eliminação indiscriminada e a preservação sem critério. Tal fato decorre da falta de processamento técnico adequado dos documentos e de níveis diferenciados de conhecimentos teórico-metodológicos por parte dos responsáveis pelas atividades de gestão de documentos.

Passados vinte e dois anos da Lei de Arquivos e dezessete da emissão da primeira Resolução do CONARQ, que estabeleceu os procedimentos básicos de classificação e avaliação de documentos públicos, persistem os métodos inadequados para realização dessas atividades de gestão de documentos e, muitas são, ainda, as dificuldades encontradas para a realização da avaliação dos conjuntos documentais acumulados. (Indolfo, 2013, p. 2- 3).

Tal constatação também pode ser encontrada em Arreguy (2016) em pesquisa relacionada à administração pública municipal brasileira. Os resultados desse trabalho demonstram um grande despreparo dos gestores públicos para lidarem com os documentos produzidos pela administração. O próprio conceito de “documento arquivístico” ignorado por muitos, que chegam a afirmar que não produzem documentos na rotina de suas atividades, mas tão somente lidam com “informação”.

Em Portugal, constata-se uma maior proatividade, implementado programas e projetos que introduziram conceitos novos nas atividades de classificação e avaliação de documentos. Destaca-se o Programa Administração Eletrônica e Interoperabilidade Semântica (PEIS). Esse programa tem entre seus objetivos a promoção de um esquema de elementos de metainformação descritiva (MIP – Metainformação para Interoperabilidade) e a criação de linguagem comum para a Administração Pública, com uma codificação única para a classificação de documentos. Assim foi elaborado o Plano Macroestrutura Funcional (MEF), uma representação conceitual de funções desempenhadas por organizações do setor público, que serve de apoio à elaboração de planos de classificação funcionais nos níveis central e local. A estrutura funcional da administração pública é apresentada em dois níveis: no primeiro, estão as funções e, no segundo, as subfunções. Essa Macroestrutura é composta por:

1. Esquema hierárquico com a estrutura das classes de primeiro e segundo nível (código e título);
2. Caracterização das classes, em que cada instância, independentemente do nível a que se situa, é formalizada através de um conjunto de cinco elementos de informação: código, título, descrição, notas de aplicação e notas de exclusão;
3. Índice alfabético de termos de uso corrente, com remissivas para a respetiva classe (Governo de Portugal, 2013, p. 5).

Assim são definidas as macrofunções:

Funções de suporte:

- Funções de apoio à governação – centradas na estratégia, no planeamento e no controlo de gestão;
- Funções de suporte à gestão de recursos – centradas na gestão eficiente dos recursos complementares, mas necessários à realização das missões operacionais.

Missões operacionais:

- Funções normativa, reguladora e fiscalizadora;
- Funções produtiva e prestadora de serviço. (GOVERNO DE PORTUGAL, 2013, p. 5).

Em 2015, no que tange à avaliação, o DGLAB lançou o Projeto ASIA – Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística, para a Administração Pública. Esse projeto pretende “prover resposta a necessidades societais (direitos e memória), bem como a necessidades gestionárias (conservar o necessário, durante o tempo necessário)” (Lourenço & Penteado, 2015, p. 5).

Os pressupostos desse projeto são: adoção de uma perspectiva suprainstitucional, transversal e funcional; aplicação da metodologia independente da forma ou suporte da informação; emprego da avaliação da informação em razão de seu contexto de produção; aplicação da avaliação antes de a informação ser produzida (Lourenço & Penteado, 2015, p.5). A metodologia parte da análise do contexto funcional e integra a identificação das entidades intervenientes ao processo de negócio. Além disso, procura identificar a relação entre tais processos e os dispositivos legais que possam determinar ou influenciar a conservação da informação, bem como sua utilidade administrativa. Subjacente a isso, encontram-se critérios de completude, densidade e complementaridade da informação. (Lourenço & Penteado, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise com relação às metodologias apresentadas mostra que os três países apresentam uma adesão à teoria da análise funcional de modo mais ou menos consciente e planejado em cada caso.

No Brasil, a Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto n.º 4.073, de 03 de janeiro de 2002, definiu os marcos legais, ainda em vigor, da avaliação de documentos de arquivo. Em Portugal, seu equivalente consiste no Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993, complementado pelo Decreto-Lei n.º 47, de 3 de março de 2004. Na Espanha, a Ley do Patrimônio Histórico 16/1985 aparece a atribuição de avaliação de documentos à Comisión Calificadora Central.

Nos textos normativos de Brasil e Portugal, pôde-se perceber a adesão ao modelo de Schellenberg já a partir dessas leis. Neles emprega-se o termo “avaliação” e os capítulos artigos referentes à gestão de documentos adotam, em ambos os casos, a teoria das três idades, conceito clássico do *records manager* e base da Análise Funcional Institucional, conforme já apontado em pesquisa anterior (Arreguy & Venâncio, 2017). Na Espanha, as análises dessa pesquisa permitem observar uma adesão consciente à teoria de valor de Schellenberg. No caso da Espanha, por ser um Estado com grande descentralização, acredita-se que a análise das legislações autonômicas podem trazer resultados bem divergentes e ricos. A próxima etapa da pesquisa será a análise das legislações e práticas avaliativas nas unidades autônomas do Estado espanhol, buscando-se verificar a adesão à teoria arquivística pós-moderna, sobretudo à macro avaliação.

6. REFERÊNCIAS

Booms, H. (1987). Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources. *Archivaria*, 24, 69-107.

Booms, H (1991-1992). Uberlieferungsbildung: Keeping Archives as a Social and Political Activity. In *Archivaria* 33.

Cook, T. (2003). Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción político-social sobre el gobierno. *Tabula*, *El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos*, Salamanca 6, 87-102.

Couture, C. (2003), La función valoración en la archivística contemporánea: una sinergia entre varias consideraciones complementarias. *Tabula, El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos*, 6, 23-49.

Couture, C. (1998). Rôle et champ d'application de la législation archivistique. *Ciberlegenda*. 1. Retrieved from: <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/231/127>.

Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993. Diário da República n.º 19/1993, Série I-A. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. Recuperado em 09 nov. 2018 de <http://app.parlamento.pt/ARSearch/Search.aspx?Text=leis>.

Decreto-Lei n.º 47, de 3 de Março de 2004. Diário da República. n.º 53/2004, Série I-A. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. Recuperado em 09 nov. 2018 de <http://app.parlamento.pt/ARSearch/Search.aspx?Text=leis>.

Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de janeiro de 2002. Recuperado em 09 nov. 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm.

Dingwall, G. (2016). Modelo do ciclo vital e modelo do *continuum*: uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós-guerra. In: T. Eastwood & H. Macneil. *Correntes atuais do pensamento arquivístico* (205-235). Belo Horizonte: Editora UFMG.

España (2007). Real Decreto 1401/2007, de 29 de octubre, por el que se regula la composición, funcionamiento y competencias de la Comisión Superior Calificadora de Documentos Administrativos.

España (2001). Ministerio de Cultura. Comisión Superior Calificadora de Documentos Administrativos. Metodología. Recuperado en 09 de nov. 2018 de <<https://www.mecd.gob.es/dam/jcr:11a7650b-7490-4ef8-bca2-ead999bbd42e/metodologiacomsup-pdf-Parte1.pdf>>.

España (2011). Real Decreto 1708/2011, de 18 de noviembre, por el que se establece el Sistema Español de Archivos y se regula el Sistema de Archivos de la Administración General del Estado y de sus Organismos Públicos y su régimen de acceso.

Governo de Portugal (2013). Secretário de Estado de Cultura. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. *Macroestrutura Funcional*: versão 2.0. Lisboa: DGLAB, 2013. Recuperado em 24 jun. 2017 de < http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/2013-03-28_MEF-v2_0.pdf>.

Hernández Olivera, L. (2013). Sobre la constitución de la memoria social. Hacia una valoración de documentos postmoderna. *Jornadas Archivando: la valoración documental*. León, 7 y 8 de noviembre 2013. Recuperado em 09 nov. 2018 de <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5117420>>

Indolfo, Ana Celeste (2013). Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal (2004-2012). ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14, Florianópolis, 2013. Anais... GT 5 – Política e Economia da Informação. Santa Catarina.

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado em 16 mar. 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm.

Lourenço, A & Penteado, P. (2015). A caminho da ASIA – Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística. 12º Congresso Nacional BAD. Recuperado em 24 jun. 2017 de www.bad.pt/publicacoes.

Penteado, P. (2006). A nova arquitectura da Administração Central do Estado e a política pública de arquivos. *Cadernos BAD*, 2, 15-29.

Silva, M. M. M. & ALVES, D. R.(2015). O Estado unitário, o federalismo e o regionalismo. Retrieved July, 10, 2016 from repositorio.uportu.pt/bitstream/11328/1243/1/Artigo%20Coimbra%20meu.doc

Schellenberg, T. R. (2006). *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. (6. ed.) Rio de Janeiro: Editora da FGV.